

Banco não negociará até ver dinheiro do Brasil

Washington — Os bancos querem que o Brasil ponha dinheiro na mesa para discutir. Antes de falar, é preciso pagar, exige Thomas Labrecque, do Chase Manhattan Bank. Ele falou em entrevista ao **Institutional Investor**, publicação distribuída diariamente sobre a assembléia do FMI/Bird. Na véspera, o Deutsche Bank, da Alemanha, já se havia manifestado de forma semelhante, em entrevista ao **Washington Post**. Nada muito diferente, aliás, do que disse no Brasil, já algumas semanas, o vice-chairman do Bank of Tokyo em seminário sobre a dívida externa realizado no Senado.

A pressão dos bancos prepara o ambiente para a renegociação da dívida em outubro. Até a assembléia do FMI/Bird, o Brasil levava vantagem — havia conseguido o apoio do Fundo Monetário Internacional para a política econômica doméstica, enviara uma carta de intenções acolhida tecnicamente e negociada com o diretor-gerente Michel Camdessus, e se preparava para negociar com os bancos após os acordos com o FMI e com o Clube de Paris.

Mas agora, com o apoio dos países ricos, o chamado G-7, que

fez uma declaração inédita por se referir explicitamente ao Brasil (normalmente, o G-7 só fala sobre as nações desenvolvidas), os bancos tentam recuperar a ofensiva.

Segundo o presidente de uma instituição estrangeira, as regras desejadas são estas:

1) separar os atrasados de 8,4 bilhões de dólares só com os bancos comerciais (sem contar o Clube de Paris e as remessas de lucros e dividendos) do principal dos empréstimos;

2) apresentação pelo Brasil, em 10 de outubro — data do início formal das negociações — de uma proposta simples, que considere a renegociação anterior, feita em 1988 por Mailson da Nóbrega.

3) Excluir a hipótese de uma **escrow account** — uma conta feita numa instituição neutra, como o BIS (Bank of International Settlements, ou Banco de Compensações Internacionais, espécie de banco dos bancos centrais, com sede na Suíça) como forma de **reservar** uma quantia para o pagamento de atrasados; isto equivaleria a oferecer uma **cenoura** aos bancos. E, argumentam os credores, se há dinheiro, que se pague logo.